

# ESPAÇO, RESILIÊNCIA E MEMÓRIA: DINÂMICAS COMERCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO JOSÉ - RECIFE<sup>1</sup> (SESSÃO TEMÁTICA 09: CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

**Antonio Felix Neto**

Universidade Federal de Pernambuco | antoniofxnt@gmail.com

**Norma Lacerda**

Universidade Federal de Pernambuco | norma\_lac@yahoo.com.br

---

## Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

---

**Resumo:** Este artigo explora o *Vuco-vuco*, espaço singular do comércio popular no Recife, em sua relação com a memória, cultura, resistência socioeconômica e dinâmicas de transformação urbana. A partir de análises historiográficas e espaciais, o estudo investiga a persistência histórica do comércio em São José, suas práticas atuais e os valores patrimoniais associados. A análise revela como práticas tradicionais enfrentam as ações de remoções e reordenamentos impulsionados por interesses turísticos, destacando o *Vuco-vuco* como território de perpetuação, reprodução e renovação de saberes e memórias coletivas. Propõe-se assim uma reflexão ampliada sobre preservação do patrimônio histórico, cultura e justiça socioespacial em contextos urbanos brasileiros.

**Palavras-chave:** Comércio popular; Patrimônio cultural; Bairro de São José; Recife.

## SPACE, RESILIENCE, AND MEMORY: COMMERCIAL DYNAMICS AND CULTURAL HERITAGE OF SÃO JOSÉ - RECIFE

**Abstract:** This article explores the Vuco-vuco, a unique space of popular commerce in Recife, in its relation to memory, culture, socioeconomic resistance, and dynamics of urban transformation. Based on historiographical and spatial analyses, the study investigates the historical persistence of commerce in São José, its current practices, and the associated heritage values. The analysis reveals how traditional practices face removal actions and reordering driven by tourism interests, highlighting the Vuco-vuco as a territory for the perpetuation, reproduction, and renewal of knowledge and collective memories. The article thus proposes an expanded reflection on the preservation of historical heritage, culture, and socio-spatial justice in Brazilian urban contexts.

**Keywords:** Popular commerce; Cultural heritage; São José neighborhood; Recife.

---

## ESPACIO, RESILIENCIA Y MEMORIA: DINÁMICAS COMERCIALES Y PATRIMONIO CULTURAL DE SÃO JOSÉ - RECIFE

**Resumen:** Este artículo explora el Vuco-vuco, un espacio singular del comercio popular en Recife, en su relación con la memoria, la cultura, la resistencia socioeconómica y las dinámicas de transformación urbana. A partir de análisis historiográficos y espaciales, el estudio investiga la persistencia histórica del comercio en São José, sus prácticas actuales y los valores patrimoniales asociados. El análisis revela cómo las prácticas tradicionales enfrentan las acciones de remociones y reordenamientos impulsados por intereses turísticos, destacando el Vuco-vuco como un territorio de perpetuación, reproducción y renovación de saberes y memorias colectivas. Así, se propone una reflexión ampliada sobre la preservación del patrimonio histórico, la cultura y la justicia socioespacial en los contextos urbanos brasileños.

**Palabras clave:** Comercio popular; Patrimonio cultural; Barrio de São José; Recife.

## INTRODUÇÃO

Em diversos centros tradicionais de cidades brasileiras, é notória a presença de porções territoriais caracterizadas pela intensa atividade comercial, envolvendo ambulantes, pedestres e estabelecimentos direcionados para estratos sociais de menor renda. Esse fenômeno, comumente designado como "decadência" ou "deterioração" do centro, é fruto, em geral, do abandono progressivo por parte das classes de alta renda das áreas centrais tradicionais e a sua subsequente ocupação por parte das camadas populares (Villaça, 2001). Isso é evidenciado, por exemplo, em parte do centro histórico do Rio de Janeiro, notavelmente na região conhecida como "Saara", no centro da cidade de São Paulo, na rua 25 de março e suas imediações, e também no centro histórico do Recife (CHR), na área correspondente ao que se convencionou chamar de *Vuco-vuco*<sup>2</sup>.

Contudo, é essencial reconhecer que o comércio popular, embora podendo estar associado a áreas em processo de "decadência", também desempenha um papel como agente criador de centralidades. Essa prática milenar, que transcende a mera circulação de mercadorias, é também um motor de intercâmbio cultural e social. Bonduki (2010) argumenta que a vida urbana floresce onde as necessidades básicas, como o acesso a alimentos, são supridas por redes de troca, independentemente do uso da moeda. Essa dinâmica fez da área onde hoje se encontra o Mercado de São José e seu entorno, incluindo o *Vuco-vuco*, uma centralidade histórica, entrelaçada com a identidade cultural do Recife.

A singularidade do fenômeno *Vuco-vuco* pode ser atribuída a dois aspectos principais. Primeiramente, sua gênese não está completamente relacionada à "decadência" da região, visto que o local já era um centro tradicional de comércio popular. Em segundo lugar, essa dinâmica surge das particularidades dos espaços públicos locais — ruas estreitas e becos — onde o comércio ambulante interage diretamente com o movimento de pedestres, e vendedores competem pela ocupação dos escassos espaços de circulação. Esse processo resulta em uma espacialidade única, cujas características são diretamente influenciadas pela herança urbanística lusitana e pelas disparidades socioeconômicas que marcam a cidade.

O *Vuco-vuco* corresponde a uma das áreas delimitadas institucionalmente como patrimônio histórico<sup>3</sup> da capital pernambucana. Essa área — situada em parte do bairro de São José, estendendo-se até o bairro de Santo Antônio —, habita o imaginário da população recifense, enquanto referencial cultural, à conta das suas existências e características.

Cabe destacar que a espacialidade aqui analisada é também tributária de transformações socioeconômicas e espaciais que se desenrolaram na segunda metade do século XX. Essas abarcaram a abertura de avenidas de considerável porte, a partir da década de 1950, assim como um proeminente processo de conversão do uso habitacional, primordialmente de natureza popular, para o uso comercial durante os anos 1960. Como resultado, na atualidade, o *Vuco-vuco* assume o papel de polo comercial de significativa relevância econômica, dirigindo-se notadamente para os segmentos socioeconômicos de menor renda,

no âmbito do Recife e sua região metropolitana. Apesar dessa íntima conexão com a formação histórica e sociocultural da cidade, não são observados, no escopo das regulamentações voltadas à preservação do patrimônio cultural, mecanismos que promovam a reprodução e preservação do comércio popular e tradicional no Recife.

O comércio de rua – “elo mais frágil” na teia de relações que compõe o *Vuco-vuco*, especialmente por ser formado por atores inseridos em estratos sociais menos privilegiados economicamente e que contam com pouca representatividade política – é um atributo na composição deste lugar. Tais comerciantes são detentores de saberes, disseminadores de conhecimentos e profusores de práticas culturais adquiridas em processos históricos. Essas práticas se manifestam primordialmente por meio de suas formas particulares de comercialização de produtos e apropriação do espaço. Contudo, a sua presença no centro histórico recifense se dá, na atualidade, por meio da resistência – frente a ações de remoção e reordenamento, por vezes violentas, empreendidas pelo poder público – configurando-se em um extraordinário movimento de resiliência ou, nas palavras da socióloga Maria do Socorro de Araújo (2014), de teimosia.

A problemática que motiva o desenvolvimento deste artigo diz respeito à maneira como as políticas de controle urbano e reabilitação do território têm colocado em risco os usos tradicionais desenvolvidos no *Vuco-vuco*. Na área de frentes d’água do bairro de São José, onde não incidem rigorosas normas preservacionista, vem sendo implementados projetos de grande envergadura, destinados a grupos sociais de alta renda: Hotel Novotel Recife Marinas, uma marina, centro de convenções Recife Expo Center, Projeto Novo Recife, além dos já construídos edifícios Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau (conhecidos como Torres Gêmeas).

Pode-se conjecturar que as mudanças sociais em curso nas imediações desta área histórica estão exercendo uma influência determinante na direção da conversão do espaço atualmente ocupado pelo *Vuco-vuco* em uma zona de interesse turístico, visando adequar a área ao perfil econômico e social emergente naquele entorno. Esta hipótese deriva da análise sobre a atuação recente do Estado em sucessivas gestões. Essa postura, consolidada ao longo de anos, culminou no anúncio da conversão do Mercado de São José em um polo atrativo para atividades culturais, artísticas e gastronômicas<sup>4</sup>. Entre as principais iniciativas ligadas a esta intenção, destaca-se a implantação da requalificação desse mercado e de sua área circundante, que incluiu a relocação de uma feira estabelecida nas proximidades do referido equipamento urbano há décadas.

Assim, a inserção de usos ligados ao lazer e turismo acontece em contraposição à existência do comércio popular. Como observado por Vieira-de-Araújo (2021), os processos de revitalização em curso em São José priorizam as atividades turísticas em detrimento dos usos tradicionais, o que coloca essa região em risco iminente de gentrificação.

Considerando o *Vuco-vuco* como um fenômeno urbano com relevância socioeconômica – cujos principais atores formadores estão em posições opostas aos grupos políticos,

econômicos e sociais dominantes –, detentor de características de bem cultural, o presente artigo busca revelar a importância do seu reconhecimento como parte integrante da formação da identidade e da paisagem cultural de São José, oferecendo fundamentos teóricos que orientem as futuras intervenções na área, à luz dos atuais projetos que buscam converter esse espaço histórico em um polo de atração turística.

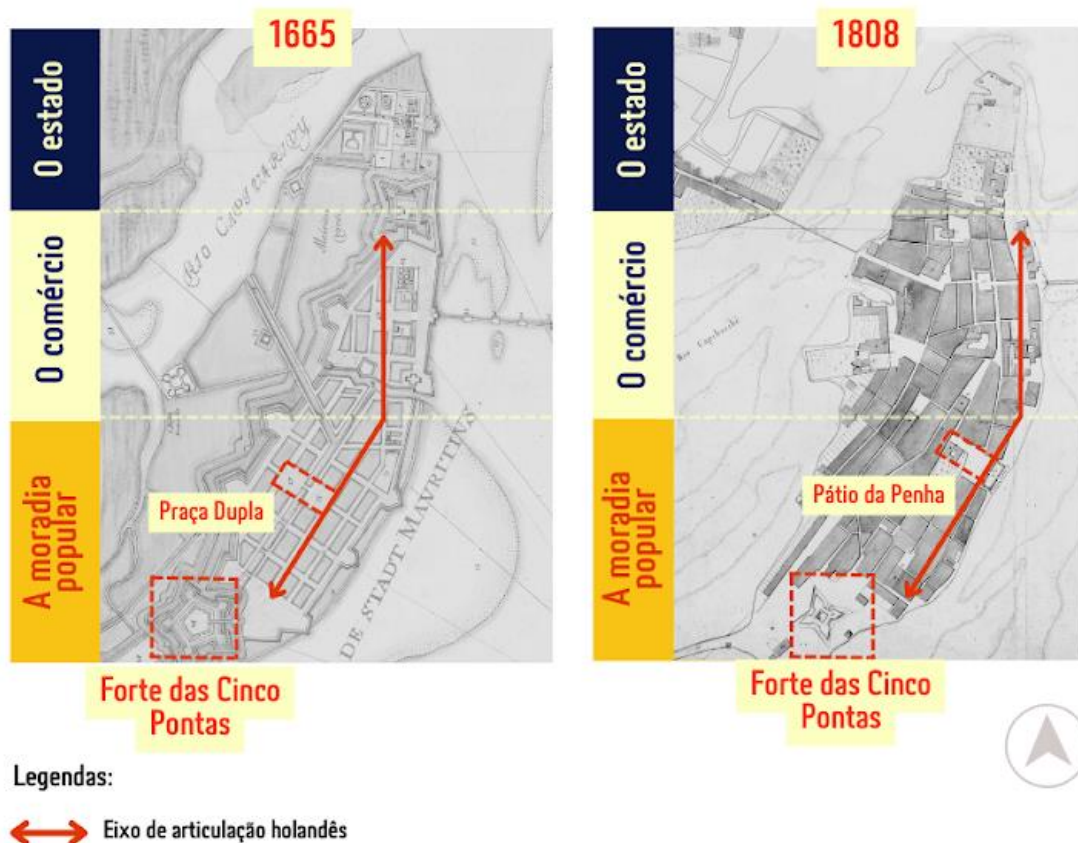
Para tal propósito, as seções subsequentes buscarão: (i) investigar as continuidades históricas associadas ao comércio popular que se manifestaram no desenvolvimento territorial de São José, evidenciando a resistência deste uso no tempo; (ii) identificar suas características na atualidade e (iii) averiguar os elementos que conferem ao *Vuco-vuco* o *status* de lugar de memória, mediante o desvendamento dos valores desse atributo patrimonial.

## **2. O COMÉRCIO POPULAR NA FORMAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ**

Após a invasão de parte da região Nordeste do Brasil pela Holanda (1630-1654), o Recife tornou-se a sede da Companhia das Índias Ocidentais e, logo, um dos mais movimentados centros comerciais do mundo. A Ilha de Antônio Vaz, na qual se localizam os bairros de Santo Antônio e São José, foi palco de um processo de ocupação que se delineou por meio de um audacioso projeto urbanístico, concebido para erguer uma cidade fortificada, com os traços do estilo barroco. Este plano resultou na fundação da Cidade Maurícia (Zanchetti, 2012). Esse espaço dividia-se consoante a estratificação social. O poder político encontrava-se ao norte da ilha, o comércio na região central e a moradia popular ao sul (Reynaldo, 2017).

A retomada do Recife por Portugal, em 1654, marcou o início de um novo ciclo no desenvolvimento urbano da cidade. Este processo – acompanhado pela destruição de grande parte dos monumentos erguidos durante a ocupação holandesa – resultou em permanências até os dias atuais, sendo o Forte das Cinco Pontas (figura 1) um dos poucos vestígios remanescentes. Nesse contexto, o espaço urbano do Recife passou por reconfigurações substanciais, preservando, contudo, a estrutura de um eixo norte-sul delineado no plano urbanístico holandês. Sob a influência do urbanismo lusitano, o novo arranjo urbano adotou um traçado de ruas estreitas e becos sinuosos, características da cidade portuguesa. A estratificação territorial, implementada no período holandês também não foi superada. A cidade permaneceu segmentada. No extremo norte da Ilha de Antônio Vaz, concentrou-se a administração pública; no centro, situavam-se as áreas de comércio e serviços; e ao sul, na região que viria a abrigar o *Vuco-vuco*, estavam as áreas residenciais, predominantemente ocupadas pelas camadas de menor poder aquisitivo (Reynaldo, 2017).

Figura 1: A Ilha de Antonio Vaz holandesa (1665) e Portuguesa (1808)



Base cartográfica: Caerte van de haven van Pharnamboeque met de stadt Mouritius en dorp Reciffo ende bijleggende forten (1665). Disponível em: <https://www.atlasofmutualheritage.nl/nl/page/1783/kaart-van-de-haven-van-pernambuco>. Plano do Porto e Praça de Pernambuco (1808). Disponível em: <https://www.historiadorecife.com/mapas/1906.html>. Acesso em 29 de maio de 2023.

A capital pernambucana consolidou-se como um importante centro comercial, especialmente em sua zona portuária. Posteriormente, Recife ficou conhecida como a "cidade dos Mascates", em referência à intensa atividade comercial desenvolvida por comerciantes ambulantes. Entre os séculos XVII e XIX, esses mascates, majoritariamente estrangeiros oriundos do Oriente ou portugueses – mais tarde acompanhados por outros grupos europeus, como judeus – desempenharam um papel essencial no comércio local. Operavam em um modelo de venda porta a porta, oferecendo produtos como joias, frascos de perfume e imagens sacras, transportados com o auxílio de animais ou pessoas escravizadas. Suas atividades alcançavam tanto os sobrados da cidade quanto as casas de engenho nos arredores dos centros urbanos (Melo, 2011).

Essa figura foi central na "Guerra dos Mascates" (1710-1712), um marco político e cultural que opôs a emergente burguesia comercial do Recife à elite agrária em declínio de Olinda. Apesar de terem ascendido socialmente e controlarem parte significativa da economia na cidade portuária, os comerciantes recifenses eram pejorativamente chamados de "mascates" pelos olindenses, em razão do desprestígio associado às atividades comerciais realizadas nas ruas. O conflito culminou na autonomia política do Recife e na consolidação



do comércio como elemento estruturante da identidade cultural da cidade, cuja influência permanece até os dias atuais.

Na localidade de São José, até meados do século XIX, o mercado da Ribeira dos Peixes desempenhava um papel fundamental nas operações comerciais. Esse mercado situava-se no Pátio da Penha, espaço remanescente da Praça Dupla construída ainda no período da ocupação holandesa (Almeida, 2001). Ainda neste espaço, passou a existir uma feira onde, além de peixes e verduras, eram comercializados animais vivos e uma variedade de alimentos, em um ambiente precário. Para além do mencionado Pátio, as atividades comerciais também ocorriam nos largos e pátios de outras igrejas localizadas no bairro, bem como nos pavimentos térreos dos sobrados (Melo, 2011).

Na segunda metade do século XIX, o Recife se viu imerso em um novo ciclo de reflexão e transformação de seu panorama urbano, impulsionado pela crescente desordem nas suas vias públicas. A Ilha de Antônio Vaz, em busca de modernização e alinhamento com as exigências de uma cidade que se queria cosmopolita, passou por uma reconfiguração espacial e social. Nesse contexto, o bairro de Santo Antônio se firmava como o novo centro da cidade, enquanto o bairro de São José era relegado à periferia. Ali se localizaram indústrias e equipamentos que demandavam grandes áreas para suas operações. Também foram instaladas nesse espaço instituições de menor prestígio, como a Casa de Detenção (1848) e a Estação Central de Trem (1888) (DPPC, 2021).

Como fruto desse momento de modernização urbana, assistia-se a continuidade de um processo de deslocamento das camadas economicamente desfavorecidas da sociedade recifense para o bairro de São José, o que evidenciava o seu papel periférico. Com caráter higienista, as políticas e práticas urbanizadoras dessa fase do desenvolvimento da cidade passaram a perseguir cada vez mais as atividades desses estratos sociais, predominantemente formados por indivíduos libertos da escravidão. Entre as várias medidas implementadas na época, destacaram-se o fechamento das casas de batuque, a interrupção de cantorias e pregões por parte dos comerciantes de rua para promover seus produtos, bem como as primeiras regulamentações sobre as atividades comerciais em espaços públicos. Tal movimento configurou este período como um momento de supressão de tradições, histórias e costumes dos grupos sociais referenciados acima (Bompastor, 1994).

No decorrer do século XIX, o setor comercial testemunhou uma crescente especialização em produtos e serviços, adotando um modelo similar ao europeu, particularmente após a Revolução Industrial. Esse período foi marcado pelo surgimento de estabelecimentos de serviços, incluindo cafés, confeitarias e boutiques, além da construção de mercados amplos, lojas e galerias comerciais (Nóbrega, 2008). Uma intervenção desse período, na área correspondente ao *Vuco-vuco* foi a edificação do icônico Mercado de São José (1875). Procurava-se, com esse equipamento, reorganizar a feira de verduras localizada na área do

Pátio da Penha, anteriormente citada. Atualmente, tal edificação configura-se como o “coração” das atividades comerciais ali instaladas.

Criado com o intuito de regulamentar as atividades do comércio ambulante, o Mercado de São José assistiu à reocupação imediata de seu entorno pelas práticas comerciais de rua nas décadas subsequentes à sua construção. O crescimento do número de ocupantes nesse espaço deve-se, sobretudo, à inserção de pessoas libertas da escravidão, que, após a abolição (1888), encontraram no comércio de rua uma forma de sobrevivência na cidade (Araújo, 2014). As práticas comerciais realizadas por pessoas escravizadas eram comuns no Recife, especialmente por meio da atuação dos escravizados de ganho ou aluguel, que transformaram o comércio em uma forma de resistência, reprodução de saberes e práticas trazidas do continente africano, além de, por meio dele, promoverem a produção de novos conhecimentos (Carvalho, 2010).

As diversas tentativas de regulamentar as atividades dos ambulantes nesse espaço, ao invés de estabelecer controle, evidenciaram, na verdade, a resistência dos comerciantes de rua frente a esses processos. O mercado e suas imediações se configuraram, assim, como um significativo ponto de convergência cultural na segunda metade do século XX. A Praça Dom Vital, localizada também no Largo da Penha, passou a ser amplamente reconhecida como a Praça do Mercado, tornando-se o cenário de uma efervescente reunião de ambulantes, camelôs, cantadores, poetas e vendedores de cordel (Figura 2).

Figura 2: Recuperação histórica do Pátio da Penha.



Fonte: Compilação feita pelos autores.<sup>5</sup>

As áreas circundantes ao Mercado de São José também foram gradualmente ocupadas por comerciantes envolvidos na venda de produtos hortifrutigranjeiros, ervas e artigos religiosos associados às práticas das religiões de matriz afro-indígena brasileiras, fruto do processo de direcionamento das camadas sociais empobrecidas para essa área periférica, como citado acima. A última atividade comercial mencionada conferiu a esse espaço, como assinala Guillen (2009), a condição de um dos mais significativos centros de resistência da cultura africana no Recife, que perdura até a atualidade. A configuração espacial de feira manteve-se inalterada até sua desocupação em 2019, quando o entorno desse



equipamento foi objeto de ações de promoção do polo de atração turística nesta área, como mencionado na introdução deste texto.

Mesmo diante dos processos de remoção, é importante destacar que esse território ainda evidencia uma forte conexão com as práticas de feiras livres e com o comércio de rua, que persistem desde as fases iniciais de sua formação. As manifestações do comércio popular nesse espaço remontam a um período anterior à própria construção do Mercado de São José. Nele, perpetuam-se saberes, celebrações e formas de expressão, em um contexto onde as práticas culturais coletivas se concentram e se renovam continuamente. A circulação e o consumo de bens da cultura material, como ervas e raízes, folhetos de cordel e artesanato de barro e palha, coexistem com as trocas simbólicas e a difusão de saberes (Guillen, 2009).

O final do século XIX e o início do século XX foram caracterizados pela busca mais intensa de modernização, notadamente no que se referia aos ideais de salubridade da habitação nas cidades brasileiras. Foi nesse período que se deram as mais profundas transformações no tecido urbano dos bairros de Santo Antônio e São José desde o século XVIII, quando se propôs a abertura de avenidas, um processo que implicou na destruição de porções expressivas de edificações históricas. Durante a segunda metade do século XX, com a institucionalização de São José enquanto zona Comercial – Código de Urbanismo e Obras<sup>6</sup> (1961 a 1983) – e a atuação do Banco Nacional da Habitação-BNH (1964-1986), houve o redirecionamento do setor habitacional para zonas da cidade mais afastadas do centro. Isso permitiu a expansão do comércio e serviço voltados para camadas populares naquele território (Menezes, 2022).

Situado entre dois importantes equipamentos de transporte coletivo – a Estação Central e o Terminal Rodoviário de Santa Rita –, o bairro de São José, já marcado pela decadência habitacional, passou a ser o palco de um comércio voltado para miudezas e atacado (Nóbrega, 2008). Esse comércio – destinado principalmente ao público que transitava pelos meios de transporte coletivo, predominantemente de classe baixa e média –, impulsionou a proliferação de vendedores ambulantes e camelôs. Assim, consolidou-se o atual caráter do *Vuco-vuco* no território, como ressaltado por Zanchetti e Lacerda (1999) (Figura 3).

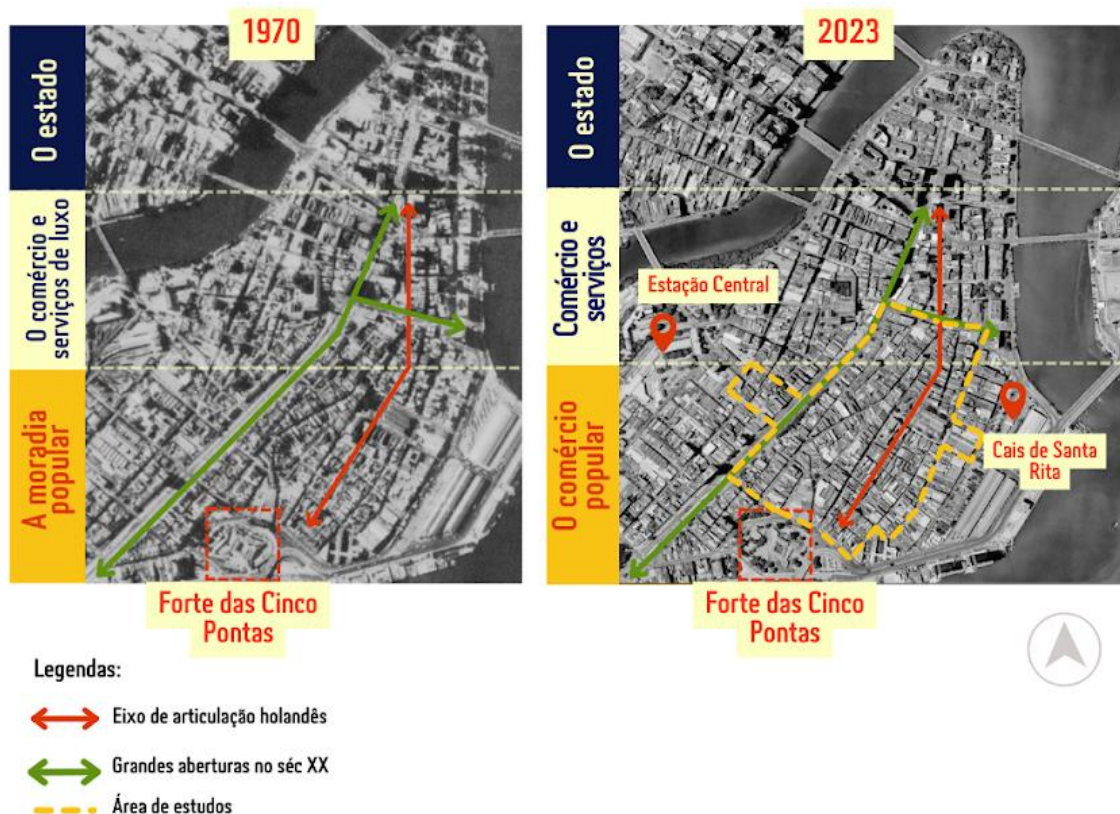
Figura 3: O *Vuco-vuco*.



Fotografia: Antonio Felix Neto (2023)

De certa maneira, o caráter popular da área, onde se encontra o *Vuco-vuco*, resiste como uma expressão advinda dos primórdios da ocupação do território recifense, cujas origens remontam à concepção de setorização funcional delineada durante o período holandês. O espaço que outrora abrigava habitações de baixa renda experimentou uma metamorfose gradativa, transformando-se em um ambiente voltado ao comércio popular. Nele, ainda resistem, reproduzem-se e reinventam-se práticas culturais ligadas aos seus antigos habitantes (Figura 4).

Figura 4: Ocupação do Recife nos séculos XX e XXI.



Base cartográfica: CONDEPE FIDEM (1974) e reprodução do *Google Earth* (2023).

Em síntese, o comércio encontra-se profundamente enraizado na história do Recife, especialmente na região do bairro de São José, onde localiza-se o *Vuco-vuco*. A persistência dessa atividade, notadamente de caráter popular, ao longo dos tempos, frente a séculos de práticas urbanizadoras que até a atualidade insistem em reproduzir visões higienistas, advém das permanências históricas resultantes dos processos iniciais de ocupação do bairro, perpetuando-se como um testemunho das várias camadas temporais presentes neste espaço. A análise retrospectiva do Pátio da Penha – onde o Mercado de São José se localiza – ilumina de maneira clara e substantiva a relevância e continuidade histórica dessas práticas comerciais tradicionais.

### 3. O VUCO-VUCO

Desvendar a dimensão das funcionalidades exercidas no território ocupado pelo *Vuco-vuco* é crucial para compreender plenamente sua importância socioeconômica e cultural. Esta seção se concentra em examinar como esse espaço desempenha um papel na vida cotidiana da comunidade recifense e na economia local. Ao explorar questões funcionais, investiga-se como as práticas comerciais, as interações entre comerciantes e consumidores, bem como as dinâmicas espaciais desse território contribuem para a sua identidade e para a preservação de suas características culturais distintivas.



**Figura 4: Usos no Vuco-vuco.**



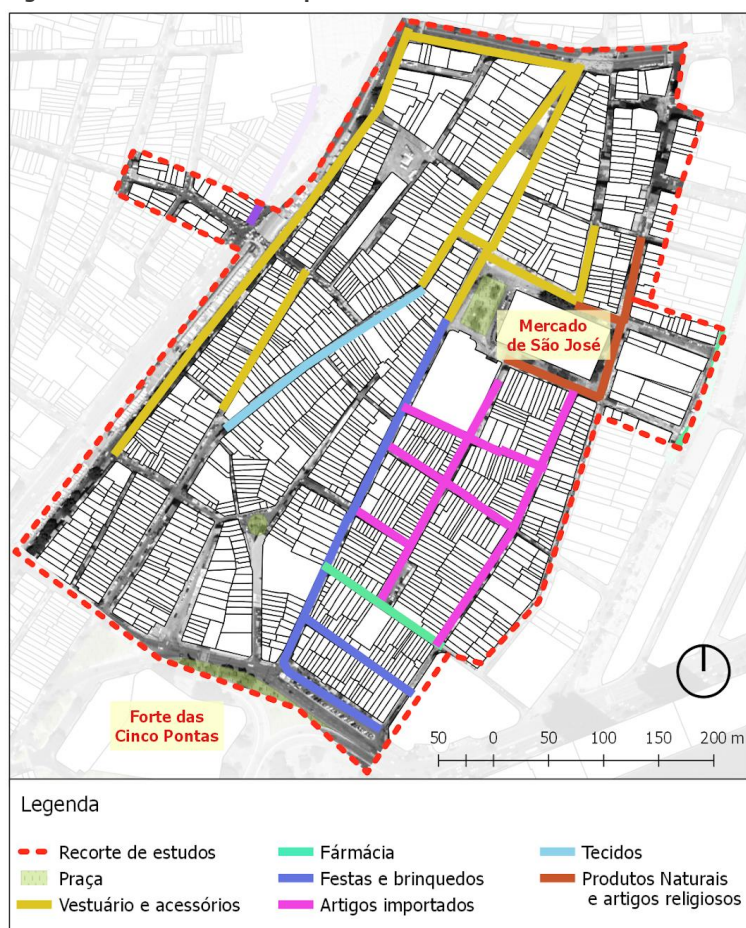
Fonte: Cadastro Mercantil PCR (2017), DPPC (2020) e Gemfi (2023)

A Figura 4 destaca a extensa área comercial (em vermelho) que predomina no *Vuco-vuco*, cujo “coração” é o Mercado de São José e seu entorno, onde essa atividade historicamente se realiza. Detecta-se uma notável exceção representada por uma pequena área residencial na porção sul do recorte (em amarelo). Essa última área testemunha a existência prévia de habitações neste território, que foram paulatinamente suprimidas. A substituição do uso residencial pelo comercial alterou substancialmente o caráter funcional desta área, com consequências diretas na dinâmica de seus espaços públicos. À medida que os relógios avançam para além das 18:00 horas nos dias úteis, o vibrante fluxo do comércio cede lugar a um vazio que torna as ruas hostis e pouco acolhedoras. Essa transição revela uma urgência: reavaliar os usos do território, permitindo que outras funcionalidades convivam harmonicamente com as atividades tradicionais.

Importa destacar que, no *Vuco-vuco*, certas ruas emergem como verdadeiros polos de especialização comercial, onde, muitas vezes, apenas nelas se encontra uma categoria de produto específica. Este fenômeno configura-se como um dos mais expressivos atributos culturais absorvidos pelos frequentadores desse espaço, que, ao se imergirem nessas vias, se deparam com uma diversidade de ofertas que atendem demandas particulares. As especializações comerciais, longe de se restringirem a ruas inteiras, surgem de forma

espontânea, às vezes se entrelaçando com outras vias igualmente dedicadas a tipos específicos de mercadorias. Na área observada, foram identificados seis segmentos distintos de comércio especializado, cada um carregando traços da antiga arte de mercadejar, como as lojas de tecidos ou a venda de produtos naturais. No entanto, o espaço também revela a fluidez do mercado contemporâneo, com segmentos mais amplos dedicados a produtos importados, frequentemente oriundos da Ásia, refletindo a capacidade do comércio local de se adaptar às novas demandas. Essa dinâmica de especialização é profundamente enraizada na tradição local de negociação, entrelaçando-se com as práticas dos vendedores ambulantes e moldando as redes de fluxo de pessoas que, à procura de bens específicos, se distribuem pelos pontos de venda que se destacam dentro do *Vuco-vuco*.

**Figura 5: Ruas de comércio especializado.**

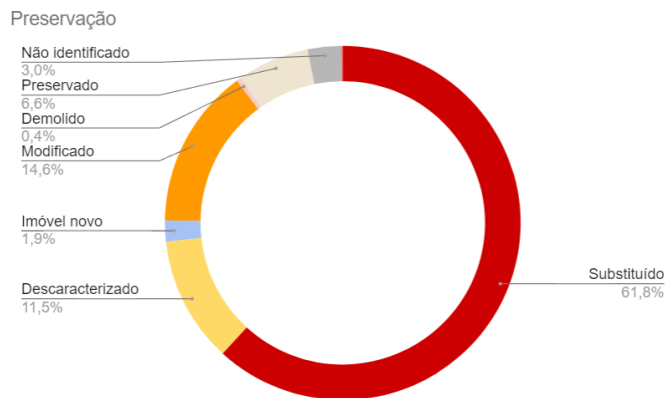


Elaboração: Os autores

O uso comercial desempenhou um papel significativo na adaptação de parte do conjunto edificado do *Vuco-vuco*. Uma análise sobre a preservação (Gráfico 1) e conservação (Gráfico 2) dos imóveis revela que, apesar da perda das características estilísticas e volumétricas originais em uma parcela considerável dessas edificações, o estado de conservação varia de bom a regular. Isso indica que os proprietários desses imóveis estão investindo na conservação dos bens imobiliários, embora frequentemente negligenciam

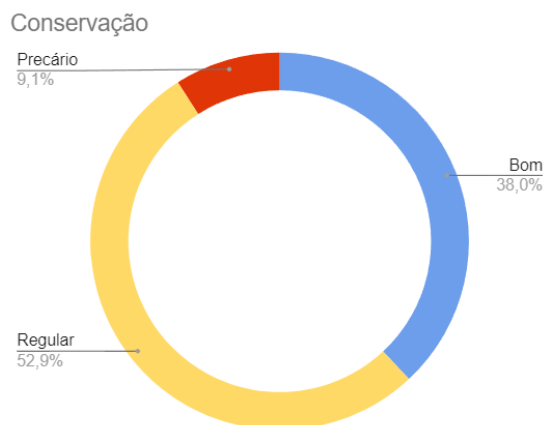
suas características históricas, adotando uma abordagem que pode ser caracterizada, conforme nomeado por Lacerda (2018), como uma "destruição aniquiladora" do patrimônio cultural.

**Gráfico 1: Preservação dos imóveis no Vuco-vuco (2017)**



Fonte: DPPC, 2017. Elaboração: Os autores

**Gráfico 2: Conservação dos imóveis no Vuco-vuco (2017)**



Fonte: DPPC, 2017. Elaboração: Os autores

Importa ressaltar que alguns imóveis, notadamente os sobrados mais altos, historicamente destinaram seus pavimentos térreos ao comércio. Portanto, as modificações realizadas nesses pavimentos térreos para acomodar o uso comercial acabaram por permitir a reprodução do uso tradicional desses imóveis. Esta interpretação acrescenta uma camada de complexidade a essa questão, enfatizando a necessidade de ampliar o reconhecimento das características que compõem a identidade desse conjunto urbano. Além disso, elementos como o traçado urbano e a escala das edificações são permanências deste sítio.

No que diz respeito aos comerciantes ambulantes, atores de suma importância na configuração do território sob análise, estes empregam uma série de estratégias de venda, capitalizando frequentemente as compras não planejadas dos transeuntes nas movimentadas vias comerciais de São José. Além disso, a dispersão do comércio de rua em becos e vias estreitas desempenha um papel fundamental na criação de novas redes de



fluxo de pessoas, à medida que os consumidores são atraídos para áreas específicas do *Vuco-vuco*, em busca de produtos específicos.

Embora a figura do mascate tenha sido amplamente reconhecida e consagrada no imaginário da população, como exposto anteriormente, os trabalhadores contemporâneos do comércio de rua – camelôs, ambulantes, informais, entre outras denominações – enfrentam uma luta constante para garantir sua presença e legitimidade nas ruas do Recife. Esses atores sociais, que ocupam e transformam os espaços públicos em arenas de sobrevivência, encontram-se imersos em um contexto de vigilância constante e, por vezes, de repressão, mesmo diante de sua contribuição significativa para a manutenção do fluxo econômico no centro da cidade. É importante observar que as medidas de remoção dos comerciantes de rua do centro histórico recifense, em curso até a atualidade, não têm se mostrado eficazes na erradicação das práticas comerciais nesses espaços públicos, evidenciando que tais práticas estão profundamente enraizadas nesse território.

Diversas são as formas de apropriação do espaço que emergem entre esses comerciantes de rua. De acordo com a classificação de Nóbrega (2002), na cidade do Recife, o comércio de rua é categorizado em diferentes tipos: feirantes, comerciantes fixos, comerciantes móveis, comerciantes estacionados, comerciantes de artigos sazonais e comerciantes em veículos automotivos. A Figura 6 ilustra os tipos predominantes no âmbito do território analisado.

**Figura 6: Os tipos de comércio de rua predominantes no *Vuco-vuco*.**



Fonte: Compilação feita pelos autores. Fotografias: Antonio Neto, 2022.

Os feirantes se distinguem por comercializar produtos artesanais ou hortifrutigranjeiros em estabelecimentos fixos, conhecidos como bancas ou barracas. Essas feiras, em sua maioria, não possuem uma presença permanente. Tal modalidade de comércio vigorou em São José até 2019, nas proximidades do mercado homônimo, e operava semanalmente, de segunda

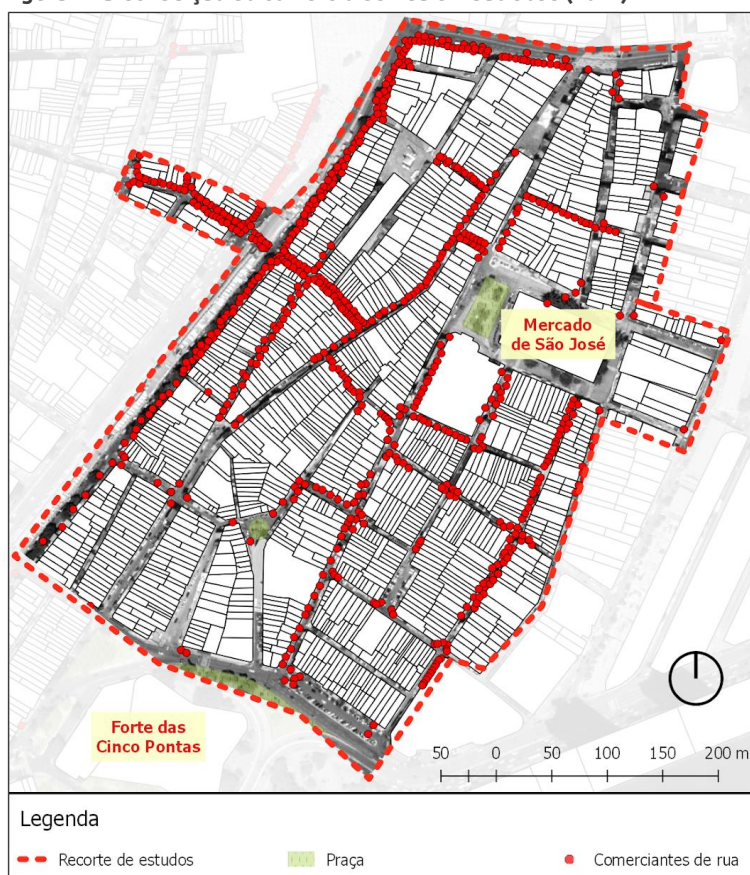
a sexta-feira, com algumas atividades também aos sábados e domingos, quando alguns feirantes vendiam produtos que não haviam sido comercializados durante a semana a preços mais acessíveis.

Os comerciantes fixos são aqueles que ocupam um espaço estabelecido no logradouro público. Em São José, essa categoria é representada pelos quiosques, cuja concessão de uso é autorizada pela Prefeitura, e pelos fiteiros, cujos equipamentos de venda estão fixados ou embutidos nas fachadas das edificações. Embora os fiteiros integrem suas instalações diretamente ao corpo dos edifícios, sua prática comercial requer que se apropriem também da calçada, garantindo sua classificação, para os fins deste texto, como comerciantes de rua. Importa destacar que ocupar paredes de edificações por meio de embutimento conforma um mercado imobiliário de aluguel de caráter informal. Tais bens imobiliários chegam a custar R\$ 1.333,00 por metro quadrado, como revelado por Cruz (2021).

Os comerciantes móveis são aqueles cuja atividade se desenrola em constante movimento, transitando pelo espaço enquanto empurram carroças ou carregam cestas, bolsas, caixas de isopor, entre outros utensílios, oferecendo seus produtos ao ritmo de seus deslocamentos. Em contraste, os comerciantes estacionados compartilham com os móveis a modalidade de venda itinerante, mas se fixam por um período determinado do dia em um ponto específico. Nesse intervalo, os produtos são dispostos, mas, ao final do expediente, a mercadoria é recolhida, e o espaço novamente se despoja da presença comercial.

Para fins deste estudo, foram considerados comerciantes de rua aqueles que atuam em espaços públicos. A Figura 7 apresenta o mapeamento da distribuição desses comerciantes no *Vuco-vuco*. É importante observar que os comerciantes móveis que atuam nas ruas não estão representados no mapa. De acordo com os critérios mencionados, a pesquisa identificou aproximadamente 713 comerciantes de rua na área de estudo.

Figura 7 - Distribuição do comércio de Rua em São José (2022)



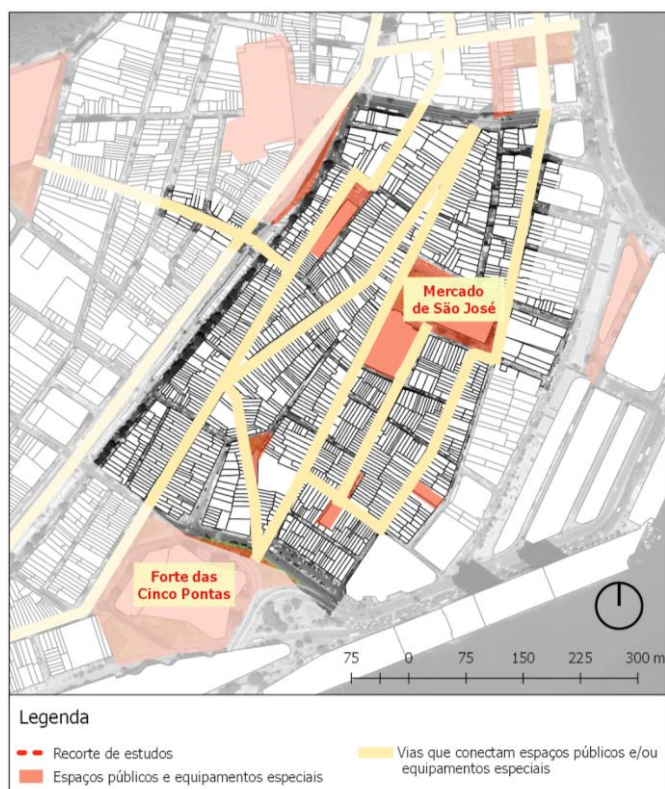
Elaboração: Os Autores, 2023

Os comerciantes de rua oferecem uma ampla variedade de produtos, incluindo eletrônicos, acessórios para celular, itens em MDF, brinquedos, materiais de costura, roupas e acessórios de moda, artigos para casa e produtos típicos da região, como frutas e alimentos prontos para consumo. Além disso, eles prestam serviços como cortes de cabelo e afiação de facas e alicates. A disposição singular das mercadorias, que permite aos consumidores examiná-las sem a necessidade de entrar em uma loja, combinada com os tradicionais chamados em voz alta, uma prática descendente dos antigos pregões, continuam sendo as principais estratégias de *marketing* desses profissionais. Nesse contexto, observa-se uma rápida e diversificada transformação no tipo de mercadoria por eles comercializada. Essas mudanças são frequentemente impulsionadas por alterações nas tendências de consumo, avanços tecnológicos, modismos da época e eventos sazonais (como Natal, Páscoa e Dia das Mães), bem como pela instabilidade financeira enfrentada por esses comerciantes. Essa última situação é evidenciada pelo fato de alguns, durante o mesmo dia, negociarem diferentes tipos de produtos devido à incapacidade de repor seus estoques, conforme revelado em conversa com alguns desses atores.

Como demonstrado, os comerciantes de rua frequentemente se aproveitam da propensão dos compradores a realizar aquisições impulsivas. Isso implica que esses vendedores tendem a se localizar em vias de intenso fluxo de pessoas, como as que conectam espaços públicos, conforme ilustra a trama exposta na Figura 8.



**Figura 8 - Rede de espaços públicos e vias que os conectam em São José (2020)**



Fonte: DPPC, 2020. Elaboração: Os autores, 2022

No entanto, a distribuição do comércio ambulante em becos e ruas estreitas, como evidenciado na Figura 7, desafia essa lógica, apontando para uma dinâmica mais complexa. Esse arranjo sugere que as interações no bairro de São José estão gerando novas redes de circulação. Com isso, os comerciantes expandem sua presença, atingindo áreas antes menos movimentadas, como os becos, e redefinem, assim, os fluxos de pessoas e as relações de consumo no território.

Para além da formação cultural do território, Felix Neto (2021), por meio de estudo comparativo entre as redes de fluxo de pessoas nos anos de 2018 e 2020, identificou a conexão intrínseca entre a existência do comércio de rua no *Vuco-vuco* e a presença de pessoas nessas áreas. Esta relação, por sua vez, influencia positivamente o comércio estabelecido em lojas ao atrair possíveis consumidores, o que resulta na valorização do patrimônio edificado situado nos espaços públicos com maior presença de comerciantes de rua.

Por fim, as práticas comerciais que florescem no *Vuco-vuco*, as interações entre comerciantes e consumidores e as dinâmicas espaciais que configuram esse território desempenham um papel essencial na construção de sua identidade única. A distribuição das áreas comerciais em espaços públicos – locais onde os comerciantes de rua têm resistido ao longo do tempo – e as redes de fluxo humano geradas pelas ruas de comércio especializado, com seus comerciantes, traçam um cenário peculiar. Nesse contexto, o comércio popular, tanto formal quanto “informal”<sup>7</sup>, não apenas alimenta a dinâmica econômica local, mas

também entrelaça a trama cultural e social do espaço. Dessa forma, o *Vuco-vuco* se configura como uma parte integral e de inegável relevância para a cidade do Recife

## UM LUGAR DE MEMÓRIA

As manifestações imateriais da cultura estão profundamente enraizadas nos lugares que habitam. Embora intangíveis, essas práticas não existem sem o suporte material dos espaços que as acolhem, nas palavras de Meneses (2006), "não há significados sociais sem vetores materiais". Pierre Nora (1993) complementa essa visão ao explorar os "lugares de memória", que não apenas preservam o passado, mas também são agentes ativos na transmissão das dimensões imateriais da história coletiva. Nesse sentido, o espaço se torna um elo entre o tangível e o intangível, sendo um receptáculo onde as práticas culturais se perpetuam, se transformam e, de certa forma, imortalizam as tradições de um povo.

Nora (1993) inicialmente explora as tensões inerentes entre a memória e a história, destacando que essas duas dimensões são profundamente distintas em sua natureza e função. Ele afirma que:

"A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações" (Nora, 1989, p. 9).

Em contraste, a história é definida como "a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais" (Nora, 1989, p. 9). Assim, o autor permite entender que a memória é um fenômeno constantemente atualizado, "um elo vivido no eterno presente" enquanto a história é uma representação do passado.

Para o autor, "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas" (Nora, 1989, p. 9). Dessa forma à memória pode ser atribuída uma natureza tangível, em contraste com a natureza mais abstrata e analítica da história. Daí, o autor desenvolve a noção sobre os lugares de memória, argumentando que estes são "momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos" (Nora, 1989, p. 12). Esses lugares são, portanto, entidades híbridas, nascidas da necessidade de fixar a memória em um espaço ou objeto concreto, em um contexto onde a história ameaça dissolver as lembranças vivas.

Esses lugares são dinâmicos, sujeitos à transformação e adaptações ao longo do tempo. Nora argumenta que "os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações" (Nora, 1989, p. 22). Essa ideia de metamorfose é central para entender como os lugares de memória funcionam dentro de uma sociedade: eles se adaptam às mudanças culturais,



sociais e políticas, assumindo novos significados e funções conforme o contexto histórico se transforma.

Em última instância, os lugares de memória atuam como preservadores e transformadores da memória, sendo capazes de "parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial" (Nora, 1989, p. 23). O *Vuco-vuco*, no Recife, pode ser compreendido como um exemplar notável de "lugar de memória" dentro dessa perspectiva. Como destaca Vieira-de-Araújo (2021), ao abordar os projetos de "revitalização" do Mercado de São José, que implicaram a remoção da feira de seu entorno, a autora sublinha a relevância do *Vuco-vuco* como um bem cultural. Nesse contexto, ela chama a atenção para a necessidade de uma abordagem preservacionista que compreenda de forma integral tanto os atributos materiais quanto imateriais desses bens culturais. Contudo, é crucial observar que, nos processos de preservação até agora realizados, a ênfase tem sido predominantemente direcionada para os aspectos materiais, em detrimento de uma visão holística que abarque a complexidade do *Vuco-vuco* enquanto atributo do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Assim, a classificação e identificação dos valores ligados aos bens patrimoniais podem ser orientadas pelos conceitos apresentados por Lacerda (2012), que propõe uma condensação desses valores em três categorias: o **valor de uso** (atual), o **valor de opção** (potencial uso futuro) e o **valor de existência** (que engloba os valores de antiguidade, artístico, histórico, cultural, simbólico, cognitivo, econômico, além de sua mera existência). Contudo, é necessário reconhecer que essa abordagem exigirá adaptações, como será detalhado adiante, para atribuir valores a um componente imaterial do patrimônio cultural de São José: o *Vuco-vuco*. É crucial sublinhar que o estudo aqui apresentado representa uma primeira aproximação dos valores atribuídos ao comércio popular. Estes deverão ser validados pelos diversos atores envolvidos – usuários, comerciantes de rua, estabelecidos em lojas, especialistas e outros – que têm a prerrogativa de legitimar os valores a seguir discutidos.

A noção de **valor da antiguidade**<sup>8</sup> é percebida pela evidência do passar do tempo e pelas marcas desse processo no bem patrimonial. Este conceito encontra suas raízes nos estudos do historiador austríaco Alois Riegl, que destacou a importância das imperfeições e das marcas de desgaste nas obras, em contraste com os valores contemporâneos que valorizam a perfeição. Originalmente, os estudos de Riegl se concentraram na materialidade de monumentos arquitetônicos. Ao adaptar o entendimento desse valor para a avaliação de bens de natureza imaterial, compreende-se que a atividade comercial desempenha um papel fundamental na condução de transformações substanciais no patrimônio construído do *Vuco-vuco* de São José. Esses processos de transformação podem ser interpretados como testemunhos da passagem do tempo nesses territórios, podendo ser lidos como suas "imperfeições". Aqui o texto se volta novamente ao debate sobre o reconhecimento das transformações que ocorreram no *Vuco-vuco* para sua adaptação ao uso comercial,

entendendo esse processo como sendo característica formadora de sua identidade e marca da passagem do tempo.

No que se refere ao **valor artístico**, este é essencialmente subjetivo, sendo imbricado à apreciação estética, que varia de acordo com a percepção de cada indivíduo. De acordo com a análise de Lacerda (2012), fundamentada na teoria de Riegl, é mais apropriado conceber esse valor como "artístico relativo", visto que não se trata de uma apreciação objetiva e inalterável, uma vez que o valor artístico não se configura como uma definição fixa e atemporal. Para atribuir tal valor a um lugar de memória, é crucial compreender as qualidades estéticas que aquele espaço evoca. Se, por um lado, a natureza "caótica" do *Vuco-vuco* pode não se alinhar aos padrões estéticos predominantes, por outro, há evidências em registros fotográficos publicados em sites especializados em turismo, os quais reúnem relatos de fotógrafos, que sugerem o reconhecimento de seus atributos estéticos. O depoimento do fotógrafo Wolfgang Besche, por exemplo, corrobora a presença desse atributo, que podem ser apreendidos nas palavras a seguir:

"[...] caminhamos até o meu ponto alto pessoal, o Mercado de São José e seus arredores. Lá, passeamos pelo mercado e pelas ruas ao redor. Ele está instalado em pavilhões de ferro, uma novidade desse tipo de construção no Brasil, importada da Europa em 1875. A área de 3500 m<sup>2</sup>, no entanto, é pequena para acomodar todos os comerciantes. Muitos deles, por isso, se espalham pelas ruas ao redor. O mercado oferece principalmente alimentos. Quem estiver à procura de artigos artesanais baratos também encontrará opções aqui. Pessoalmente, gosto de passar um tempo lá e fotografar, principalmente pessoas e a vida nas ruas. Frutos do mar, bem como uma variedade de frutas exóticas e legumes, também são motivos interessantes para fotos. É barulhento, agitado e nem sempre limpo, mas é aqui que a vida pulsa!"<sup>9</sup>

**Figura 9 – Blog Recife Insider Fotografia: Wolfgang Besche.**



Disponível em: <https://www.recifeinsider.com/touren/recife-downtown-zentrum/>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

O **valor histórico** inerente a um bem patrimonial remete necessariamente ao seu passado, isto é, à capacidade desse bem de evidenciar modos de vida, além do lapso temporal decorrido desde uma época específica até o presente. A construção desse entendimento pode ser apreendida por meio da investigação histórica, no caso em pauta a apresentada na

primeira seção deste artigo, que delineou, brevemente, os processos históricos associados ao comércio no *Vuco-vuco*. Apesar da notável mutabilidade inerente à dinâmica dessa atividade, é inegável que o comércio popular ali estabelecido incorpora marcas que remontam a práticas históricas profundamente enraizadas na memória social, evidenciadas no item 2 deste texto. Este valor histórico se encontra ligado ao conceito mais amplo de **valor cultural**, na medida em que a história desempenha um papel fundamental no fortalecimento da identidade de grupos sociais específicos. Portanto, o valor cultural emerge como um dos elementos mais proeminentes, entre os diversos valores de existência, que podem ser atribuídos às práticas do *Vuco-vuco* de São José.

Os **valores simbólicos** estão intrinsecamente relacionados à capacidade de um bem em expressar significados que transcendem aqueles inerentes a sua própria natureza. Na apresentação deste estudo, recorreu-se ao uso dos termos "resistência" e "resiliência" para descrever algumas das práticas associadas ao comércio popular em São José. Importa esclarecer que, neste contexto, a referência à resistência não se relaciona a uma mera resistência física das práticas do comércio de rua; trata-se, na verdade, de um atributo de valor simbólico. Considerado como parte integrante do patrimônio cultural, essas práticas englobam ainda uma multiplicidade de outros elementos carregados de simbolismo.

A correlação entre os valores históricos, artísticos, culturais e simbólicos proporciona uma compreensão mais ampla do papel dos bens patrimoniais, que, além de sua função material, servem como suporte para a ativação da memória coletiva de grupos sociais específicos. Lacerda (2012) introduz o conceito de **valor cognitivo**, o qual se refere à capacidade de um bem de possibilitar o reconhecimento da história de um espaço, mediado pela vivência direta e pela experiencialização desse território. Assim, a plena apreensão da configuração espacial do *Vuco-vuco*, por exemplo, só pode ser realizada por meio da interação concreta com o ambiente, no qual elementos sensoriais como as práticas comerciais, os sons, os aromas, as cores e as sensações evocadas contribuem para uma compreensão inteira do local, somente alcançada durante a experiência direta.

O **valor econômico**, conforme exposto por Lacerda (2012, p. 50), está estreitamente vinculado à capacidade de um bem de gerar retorno financeiro. Esse valor, que se tornou um fator decisivo nas políticas de intervenção e gestão de bens patrimoniais, implica que qualquer decisão sobre a requalificação ou reconfiguração de um bem deve considerar, de forma prioritária, o aumento de seu valor de mercado, o impacto sobre o emprego e a geração de renda decorrente da sua utilização. O debate sobre o valor econômico dos bens patrimoniais se estende, portanto, para as transformações impostas a esses bens em resposta aos imperativos do mercado. As reformas realizadas no entorno do Mercado de São José, por exemplo, revelam um processo de ressignificação dos valores econômicos dessa área, mediado por uma lógica de valorização do turismo, que muitas vezes se sobrepôs aos usos tradicionais do espaço. A identificação de um **valor de uso** futuro para a feira de ervas no entorno do Mercado de São José, alinhado ao seu potencial econômico,

poderia ter orientado uma abordagem mais sensível por parte das autoridades municipais em relação à realocação dos feirantes.

A noção de **valor de opção**, por sua vez, refere-se à avaliação do potencial de utilização futura de um bem, com o intuito de garantir sua preservação e aproveitamento por gerações subsequentes. Esse valor está diretamente relacionado à construção de uma visão de longo prazo, que leve em consideração os valores históricos, culturais e artísticos do bem, de modo a traçar um conjunto restrito e fundamentado de possibilidades para o uso futuro do espaço. Assim, a formulação do conceito de valor de uso futuro requer uma abordagem abrangente, que contemple as diversas dimensões do patrimônio, sempre com o devido cuidado para não comprometer a integridade do bem por meio de intervenções irreversíveis. A falta de reconhecimento do valor de opção pode resultar em intervenções prejudiciais, como exemplificado pelas propostas de requalificação no Mercado de São José, que não levaram em consideração a irreversibilidade de algumas transformações, como a remoção da feira no seu entorno (Lacerda, 2012).

No âmbito do estudo dos valores patrimoniais, o conceito de **valor de existência** é atribuído a um bem simplesmente em virtude de sua existência. A construção desse entendimento deriva do reconhecimento nos bens materiais e imateriais de elementos como a antiguidade, a relevância histórica e artística, o valor cognitivo e a importância cultural, sem necessariamente vinculá-lo à sua funcionalidade atual. Sendo assim, é possível considerar que o comércio popular em São José assume um **valor de sobrevivência** devido à escassez de incentivos para sua continuidade e às adversidades historicamente enfrentadas pelos comerciantes de rua.

O reconhecimento desses valores possibilita uma apreciação mais aprofundada da significância do comércio de rua e enfatiza a urgência da implementação de medidas destinadas à preservação dessa dinâmica, especialmente diante dos processos de competição funcional nos quais o *Vuco-vuco* está inserido. A necessidade de ações que assegurem a sua preservação é imperativa, uma vez que, como salientado por Lacerda (2012, p. 52), "a falta de conservação priva a sociedade de suas raízes, de sua identidade e também do conhecimento, elementos cruciais no processo de criação e, conseqüentemente, de inovação".

É pertinente ressaltar que, a despeito dos progressos alcançados no domínio da preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional e nacional, constata-se de maneira notável a carência de atribuição de reconhecimento ao fenômeno denominado *Vuco-vuco* e às práticas de comércio popular na cidade do Recife como componentes culturais de relevância. Como exemplo prático desses reconhecimentos tem-se o registro das feiras de Caruaru, em 2007, e de Campina Grande em, 2017, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Entretanto, no contexto estadual e municipal de Pernambuco, inexistem registros de iniciativas de tombamento ou preservação análogas. Não obstante relatórios recentes sublinhem a importância do *Vuco-vuco* na

composição da identidade cultural, conclusões apresentadas no *Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação Histórica (ZEPH) 10 e 14* e na *Análise das referências culturais e patrimônio cultural imaterial*, ambos publicados em 2021 pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da Prefeitura da Cidade do Recife, essa caracterização ainda carece do *status* formal de registro ou tombamento. Diante desse cenário, torna-se imprescindível contemplar o reconhecimento e, com ele, a preservação do *Vuco-vuco* e de suas práticas como elementos culturais passíveis de registro e salvaguarda, notadamente considerando a existência e pertinência dessa possibilidade.

O *Vuco-vuco* de São José, como um lugar de memória, exemplifica a resiliência de um patrimônio que transcende o tempo e as transformações urbanísticas, mantendo-se vivo na experiência dos que nele transitam. Sua preservação não é apenas uma medida de conservação física, mas um ato de valorização da história e da identidade de uma comunidade, que, ao preservar suas raízes, perpetua os significados que a tornam única. Ademais, é imperativo que as discussões sobre a revitalização de espaços históricos integrem não apenas as dimensões materiais, mas também a memória coletiva que confere sentido e continuidade a esses lugares, assegurando que as futuras gerações possam também vivenciar a pluralidade cultural que moldou e ainda constitui a cidade e suas narrativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame da formação morfológica do bairro de São José permitiu reconhecer sua profunda ligação com os processos de colonização holandesa e portuguesa e com as intervenções viárias do século XX. Esse entendimento contextualiza a materialidade que abriga o *Vuco-vuco*, onde diversas influências culturais e práticas urbanísticas revelam marcas da história ao longo dos séculos. A investigação historiográfica revelou que, desde o início de sua urbanização, São José abrigou de forma expressiva segmentos sociais de menor renda, desenvolvendo para se tornar o lar do comércio popular que conhecemos hoje. O *Vuco-vuco*, assim, emerge como resultado de uma estrutura urbana e social complexa, na qual camadas temporais se sobrepõem e se consolidam, tanto por meio de sua espacialidade quanto pelo acúmulo de manifestações culturais que através dele se expressam.

A notável resistência das práticas de comércio popular às ações de remoção e reordenamento, muitas vezes marcadas por conflitos, ilustra a resiliência das práticas comerciais que moldaram esse espaço. No tocante, a paradoxal celebração do mascate histórico e a marginalização do comerciante de rua contemporâneo expõem uma desconexão profunda entre o reconhecimento de um passado idealizado e o desprezo pela realidade cotidiana daqueles que, assim como seus ancestrais, buscam na rua a sua sobrevivência.

Atualmente, o *Vuco-vuco* destaca-se como principal polo de comércio popular do Recife e da sua região metropolitana. No entanto, a consolidação dessa funcionalidade não ocorreu sem



consequências, incluindo a deterioração substancial do patrimônio edificado. Tal situação, caracterizada como uma "destruição aniquiladora" do patrimônio cultural, reflete a falta de apoio adequado à preservação dos imóveis históricos que abrigam parte do comércio popular estabelecido em lojas. Essa omissão contrasta com os incentivos fiscais direcionados a outras atividades econômicas no Centro histórico do Recife, como os referentes à Economia Criativa e à Tecnologia da Informação e Comunicação, destacando a necessidade de uma abordagem mais equitativa nos incentivos à preservação. A crescente expansão do setor de lazer e turismo, no Bairro de São José, evidencia um cenário de competição entre usos tradicionais estabelecidos e novas funcionalidades promovidas pelo turismo cultural. O episódio da remoção da feira do entorno do Mercado de São José, em 2019, ilustra vividamente esse conflito.

O *Vuco-vuco* configura-se como um espaço onde resiliência e memória se entrelaçam de maneira constante. Nesse ambiente, o comércio popular transcende a simples troca de mercadorias, tornando-se um campo de resistência cultural, no qual saberes e expressões coletivas são mantidos, perpetuados e renovados a cada dia. Assim, esse espaço se afirma como um ponto essencial para a construção e reafirmação da identidade recifense, resistindo às transformações urbanas e mantendo-se como referencial cultural da cidade.

Ademais, é imperativo enfatizar que o *Vuco-vuco*, embora seja singular e profundamente associado à cidade do Recife, exibe características que compartilham semelhanças com outras manifestações espaciais, observadas em diversas localidades urbanas do contexto brasileiro. Tal constatação amplifica a relevância dos estudos acerca da preservação desse espaço, extrapolando sua importância para além dos limites da conservação do patrimônio no âmbito recifense, para abarcar também contextos urbanos análogos em todo o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. do S. P. **A aventura do comércio informal no Recife**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.

BOMPASTOR, S. C. **Cidade Moderna X Trabalho Urbano**: A questão do comércio ambulante no Recife nos séculos XIX e XX. Cad. Est. Soc. Recife, v. 10, n. 1, 1994, p. 25-40.

CARVALHO, M. J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822- 1850. 2.<sup>a</sup> ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010

CRUZ, A. H. **Alugam-se e/ou vendem-se barracas: descortinando os becos do centro histórico do Recife**. Recife: UFPE: Relatório Final UFPE/PIBIC - CNPQ, 2021.

DPPC. **Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (ZEPH)**: Análise das referências culturais e patrimônio cultural imaterial – Sítio Histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10/14). Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Prefeitura da Cidade do Recife. Recife, 2020.

FELIX NETO, A. S. **São José (Recife)**: implicações do comércio informal nos preços dos bens imobiliários. Recife: UFPE: Relatório Final UFPE/PIBIC – FACEPE, 2021

FELIX NETO, A. S. **"Belo é o Recife pegando fogo"**: o comércio de rua como atributo do patrimônio cultural de São José. 2022. Trabalho de conclusão de Curso – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

LACERDA, N. G. Valores dos bens patrimoniais. In: Lacerda, N.; ZANCHETI, S.. (Org.). **Gestão da Conservação Urbana**: Conceitos e Métodos. 1 ed. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, v. 1, p. 44-54.

LACERDA, N. G. **Mercado imobiliário de bens patrimoniais**: um modelo interpretativo a partir do centro histórico do Recife (Brasil). Revista Eure, Santiago, Chile, v. 44, n. 132, 2018, p. 113-132.

GUILLEN, I. C. M. **Mercado de São José**: contando histórias em um lugar de memória. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 25, 2009, Fortaleza. 166 166 Anais eletrônicos. Disponível: . Acesso em: 20 de set. 2022.

MAIA, C. N. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós graduação em história, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

MELO, M. C. L. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 e 1875**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MENESES, U. T. B. de et al. **A cidade como bem cultural**: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. Patrimônio : atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Magnani\\_JGC\\_76\\_1636193\\_ACidadeComoBemCultural.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_ACidadeComoBemCultural.pdf). Acesso em: 07 set. 2024. , 2006

MENEZES, L. R. de. **Centro histórico e centro urbano em disputa**: O mercado imobiliário como coordenador da competição entre os usos comercial e residencial em São José e na Boa Vista, Centro Histórico do Recife. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2022

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em de set. de 2024.

NÓBREGA, M. L. C. C. **Um estudo sobre as formas de apropriação do espaço público urbano pelos comerciantes de rua na cidade do Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NÓBREGA, M. L. C. C. **Todo caminho da na venda**: a influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antonio e São José. 1970 – 2006. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

RABOSSI, L. F. **En la ruta de las confecciones**. Revista crítica en desarrollo, n. 02, Buenos Aires, PP. 151-171, 2008.

REYNALDO, A. **As catedrais continuam brancas**. Recife: Cepe, 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel /Lincoln Institute, 2001.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. Valores, significância, materialidade e imaterialidade: a relação (simbiótica) entre Mercado e bairro de São José. In: PONTUAL, V.; et al. **São José: Olhares e Vozes em Confrontos**: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021, p. 359 – 424.

ZANCHETTI, S. M. **O Recife do século XVIII como cidade barroca**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

ZANCHETTI, S. e LACERDA N. **A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local**: avaliação do caso do Bairro do Recife. Revista Econômica do Nordeste, 30, 1: p. 8-24, 1999.

---

<sup>1</sup>Este artigo é resultado das discussões e análises realizadas no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Belo é o Recife pegando fogo": O comércio de rua como atributo do patrimônio cultural de São José – Recife, apresentado em 2022, para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O trabalho foi desenvolvido pelo autor do presente texto sob a orientação da coautora.

<sup>2</sup>O termo *Vuco-vuco*, cuja origem para se referir a esse espaço permanece incerta, encontra registro em dicionários da língua portuguesa como uma expressão que descreve um fenômeno espacial marcado pela intensa concentração de pessoas em movimento constante dentro de áreas fisicamente limitadas. No Mercado de São José, no Recife, durante a segunda metade do século XX, o vocábulo designava um espaço interno ao mercado dedicado ao comércio de artigos usados. Paralelamente, em feiras populares nordestinas, como as localizadas em Mossoró, Parnamirim e Caicó, a expressão também é utilizada para evocar áreas de comércio

---

caracterizados pela efervescência de trocas entre uma miríade de vendedores e compradores, transformando-se em metáfora de vivacidade econômica e interação social.

<sup>3</sup>RECIFE. Decreto Nº 11.693/1980.

<sup>4</sup>DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Mercado de São José será requalificado e transformado em polo de atração turística. Diário de Pernambuco, 5 jul. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/mercado-de-sao-jose-sera-requalificado-e-transformado-em-polo-de-atrac.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>5</sup>Colagem produzida a partir de imagens coletadas nos sites da Rede da Memória Virtual Brasileira, Brasileira Iconografia, Villa Digital, página no *Facebook* do Museu da Cidade do Recife e no livro "O mercado, sua praça e a cultura popular do nordeste" (1977).

<sup>6</sup>RECIFE. Lei nº 7.427/1961.

<sup>7</sup>Fernando Luis Rabossi (2008) reflete sobre a complexa interseção entre o legal e o legitimado, destacando como práticas de trabalho que operam à margem das leis oficiais encontram, paradoxalmente, uma aceitação social que as confere uma espécie de legitimidade social. Essa aceitação popular, apesar de desafiar as estruturas oficiais, revela-se como um mecanismo de resistência e às imposições de poder, permitindo que essas práticas não apenas sobrevivam, mas se consolidem como elementos inerentes ao tecido social.

<sup>8</sup>Convém esclarecer que o termo antiguidade, aqui utilizado, não remete a Idade Antiga. Esta se estendeu desde os primeiros povos civilizados até o ano 476 d.C. O termo se refere à qualidade daquilo que é antigo, ou que remonta a períodos passados.

<sup>9</sup>BLOG "Recife Insider". Tradução livre para o texto publicado no blog. Disponível em: <https://www.recifeinsider.com/touren/recife-downtown-zentrum/>. Acesso em: 29 ago. 2022.